

NOTÍCIAS CNTV



Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 28/01/2014 - Edição 979

Vigilantes realizam paralisação e reivindicam reajuste salarial de 20%



Categoria reivindica um acréscimo de 20% no salário
(Foto: Géssika Rodrigues/TV Asa Branca)

“A ENesta segunda-feira (27), trabalhadores da vigilância patrimonial realizam uma paralisação nas cidades de Caruaru, no Agreste, Arcoverde e Petrolina, no Sertão, e Recife. De acordo com o diretor de Assuntos Sindicais do Sindicato dos Vigilantes de Pernambuco, João Rodrigues, participam da mobilização vigilantes de empresas, hospitais, patrimônios públicos e bancos. Segundo ele, o movimento de protesto deve-se a proposta apresentada pela classe patronal na última reunião realizada no dia 20 deste mês que foi um reajuste salarial de 3%.

A categoria reivindica um acréscimo de 20% no salário, vale-alimentação

no valor de R\$ 20 por dia trabalhado, redução da jornada de trabalho de 192 horas mensais para 180 horas mensais, gratificação de 20% para os vigilantes de agências bancárias, além de participação nos lucros.

Rodrigues informou que nesta segunda-feira foi realizada mais uma reunião com a classe patronal. “Esperamos que os patrões mudem o pensamento e apresentem uma proposta que a categoria possa discutir. Pedimos desculpas à população pelos transtornos, mas foi inevitável. A proposta apresentada de 3% é um desrespeito à categoria”, disse.

Fonte: G1

Sem salários, vigilantes iniciam paralisação no Paraná

Reclamando do atraso no pagamento de salário e do não pagamento do 13º salário e das férias, vigilantes que prestam serviço terceirizado para a Secretaria Estadual de Saúde do Paraná (Sesa) e para o Departamento de Estradas e Rodagem (DER) em Paranavaí, na região noroeste do Estado, iniciaram nesta segunda-feira (27) uma paralisação por tempo indeterminado.

Ao todo, 30 vigilantes não estão trabalhando. Segundo o Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado Paraná (Sindesp-PR), há cinco meses os salários estão sendo pagos com atraso, sendo que o salário de janeiro de 2014, que deveria ter sido pago no dia cinco, ainda não foi feito e não foi sequer sinalizado se o pagamento será realizado.

Por conta da paralisação, a sede da 14ª Regional de Saúde, o Hospital Santa Casa de Paranavaí e o Hemonúcleo estão sem vigilantes, e a sede do DER (Departamento de Estradas e Rodagens) também ficará sem segurança. Não está descartada a paralisação dos trabalhos em outras regionais.

A empresa responsável pelo pagamento dos salários alega que o problema é culpa do estado, que não paga há cinco meses pelos serviços contratados.

Fonte: Bem Paraná

Sindicato dos Bancários de SP fecha Caixa por falha na porta giratória

Agência da Caixa Federal, pertencente à Superintendência Regional da Penha, foi interditada pelo Sindicato por falta de segurança, na quinta 23. A porta giratória apresentou defeito no dia anterior, o que colocou em risco a vida de vigilantes, empregados e clientes.

“A Caixa fala o tempo todo que é parâmetro de segurança, mas a área gestora vacilou ao orientar os empregados a abrir a agência na quarta-feira”, conta o dirigente sindical Dionísio Reis.

Segundo as normas de funcionamento, a responsabilidade da abertura da agência é do gestor, que, de acordo com Dionísio, “tem que testar todo dia a porta e tudo o que possa atentar contra a unidade”.

A segurança é preocupação da categoria. A implantação de projeto-piloto, conquista da Campanha Nacional dos Bancários em 2012, mostra que procedimentos aliados à instalação de itens de segurança, como portas giratórias com detector de metais e biombos, já começam a surtir efeito.

Com a ação do Sindicato, a agência foi fechada até a porta giratória ser arrumada, aproximadamente às 14h.

Fonte: SEEB-SP

Empresa descumpre Convenção Coletiva e Sindesv-DF entra na Justiça



Devido à troca da empresa que faz os serviços de vigilância e segurança do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) ligado à Presidência da República, 24 trabalhadores da

Juiz de Fora Empresa de Vigilância foram demitidos e não foram readmitidos na nova empresa conforme prevê a cláusula 31ª da Convenção Coletiva que trata das Políticas de Manutenção do Emprego.

Em reunião realizada dia 28/01/2014, com o vice-presidente do Sindicato, Paulo Quadros e os trabalhadores demitidos, ficou decidido que o Sindesv-DF vai mover ação na Justiça do Trabalho para garantir o direito da continuidade do emprego a esses trabalhadores.

Fonte: Sindesv-DF

Dias 30 e 31 de janeiro de 2014, a CNTV realizará o 8º Congresso Nacional dos Vigilantes



30 e 31 de janeiro de 2014

Local: Bay Park Brasília Clube.
SHTN 02 Conjunto 05 - Projeto - Orla - Brasília/DF

Democracia, União, Lutas e Vitórias



Realização: CNTV - Confederação Nacional dos Vigilantes

Apoio: Federações e Sindicatos de Vigilantes
Sindicato dos Vigilantes do Distrito Federal

Centrais não aceitam anteprojeto do MTE sobre trabalho de curta duração



É imensurável, segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o número de pessoas que são contratadas para executar atividades de período inferior a 15 dias e, portanto, sem regulamentação.

Para dar fim às contratações diretas com o empregador e torná-las legais, o MTE apresentou anteprojeto que institui o contrato de trabalho de curta duração. O texto foi discutido pela primeira vez com trabalhadores e empresários no último dia 14, mas não é aceito pela CUT e demais centrais sindicais que compõem a bancada dos trabalhadores do Conselho de Relações do Trabalho (CRT) do MTE.

Em reunião com os representantes dos trabalhadores na tarde de quinta-feira (23), o governo afirmou que não se opõe a dar continuidade ao debate sobre o anteprojeto e sinalizou que poderá apresentar novo texto para discussão.

Proposta como está não serve de parâmetro

De acordo com a bancada dos trabalhadores, o anteprojeto apresentado pelo governo não especifica objetivamente para quem o contrato de curta duração se aplica e como se aplica, não penaliza de forma suficiente as empresas que

fraudarem o contrato, entre outras discordâncias.

“A proposta, como está, não serve de parâmetro para avançar sobre o contrato de trabalho de curta duração. Isso não quer dizer que não queiramos discutir o tema. Entretanto, precisa-se levantar mais informações quantitativas e qualitativas para avançar nesta discussão, com a constituição, por exemplo, de um grupo técnico de trabalho”, propôs o secretário adjuntos de relações de trabalho da CUT, Pedro Armengol.

“Se a lei (de contrato de trabalho de curta duração) não estabelecer muito objetivamente em quais setores e atividades ela se aplica, com quais características, o risco é de ela ser utilizada em substituição a outras modalidades de contrato de trabalho. Então, como é uma lei que pretende simplificar a contratação, pois o período de trabalho é pequeno, de curta duração, se ela não estabelecer limites muito objetivos, pode acontecer de ela ser utilizada de forma a fraudar os contratos que garantem mais direitos aos trabalhadores”, explica o assessor jurídico da CUT, Eymar Louguercio.

Para estudar melhor o texto do anteprojeto, a bancada dos

trabalhadores solicitou que a reunião com governo e a bancada dos empregadores fosse transferida do dia 6 para o dia 11 de fevereiro. A solicitação foi aceita pelo governo, mas só será concretizada com o aval da bancada dos empregadores, que se reúne com os representantes do MTE no próximo dia 29.

O anteprojeto

De acordo com o anteprojeto, o contrato de trabalho de curta duração não poderá exceder 14 dias corridos e nem ultrapassar, em 12 meses, 60 dias. O cálculo das verbas rescisórias, os valores retroativos à gratificação natalina, férias e repouso semanal deverão ser calculados proporcionalmente aos dias trabalhados; além de serem obrigatórias as contribuições à Previdência Social e aos FGTS.

Uma das preocupações da bancada dos trabalhadores era de que o governo quisesse acelerar o processo de negociação quanto ao contrato de trabalho de curta duração para sanar as necessidades de serviço demandadas pela Copa do Mundo, programada para junho deste ano, o que comprometeria o construção de instrumentos eficazes, dada a complexidade do assunto e a necessidade de estudos mais aprofundados.

“O que queremos é construir um instrumento para trazer mais trabalhadores para a legalidade”, disse o secretário de Relações do Trabalho do MTE, Manoel Messias Melo.

Fonte: CUT - DF